

# A ESPERANÇA DE LIBERDADE TRAN NA REALIDADE DE JUSTIÇA

• **Presidente Samora aos delegados da 32.ª**

*Tempo (366) 9 Out. '77*



No dia 2 de Outubro, perante os delegados à 32.ª Sessão Ordinária na Assembleia das Nações Unidas o Presidente Samora Machel usou da palavra na sua qualidade de Chefe de Estado da República Popular de Moçambique. Esse discurso que foi transmitido por via satélite pela Rádio Moçambique na mesma altura em que era lido em Nova York debruça-se sobre os principais problemas internacionais, particularmente sobre a África Austral. O Presidente Samora reafirmou mais uma vez os princípios políticos da República Popular de Moçambique no tocante ao internacionalismo militante defendendo naquela assembleia o Sahra Ocidental, Timor-Leste a retirada americana da Coreia do Sul a integração de Taiwan (Formosa) na República Popular da China, o apoio à luta dos povos do Zimbabwe, África do Sul e Namíbia, a retirada das bases imperialistas do Oceano Índico, etc. Passamos a transcrever na íntegra esse importante discurso proferido antes do início da visita oficial que o Presidente Samora efectuou, depois de deixar a ONU, à Jamaica, Guianas e Cuba.

# TRANSFORMAR-SE-Á PELA NOSSA ACÇÃO DE BEM ESTAR E DE PAZ

## Sessão da ONU

Senhor Presidente  
Distintos Delegados

Ao dirigir-me pela primeira vez a esta Assembleia queria salientar a honra que tal facto representa para o nosso Povo. Esta Assembleia materializa os justos e profundos anseios dos povos do Mundo congregados na Organização das Nações Unidas, ela constitui um instrumento precioso na superação dos males que ainda afectam a Humanidade. Na sua história, breve mas intensa, muitas são já as contribuições da nossa Organização para a solução de problemas derivados das situações de injustiça, de opressão e das ameaças à Paz e à Segurança Internacional.

Em nome da República Popular de Moçambique e do Povo moçambicano, desejamos saudar Sua Excelência, Lazar Mojsov, pela sua eleição para Presidente desta Assembleia e pela maneira como vem dirigindo os trabalhos desta Assembleia. A sua acção para o êxito desta sessão é, ao mesmo tempo, uma contribuição de valor para a Organização das Nações Unidas, que todos desejamos ver reforçada. Permita-me, Senhor Presidente, recordar aqui as relações de solidariedade que unem os povos da República Socialista Federativa da Jugoslávia e da República Popular de Moçambique, desde o tempo da nossa luta de Libertação Nacional.

Desejamos exprimir o nosso reconhecimento ao seu antecessor, Sua Excelência, Shirley Amershing e felicitá-lo pelos sucessos alcançados pela ONU durante o seu mandato. A forma como dirigiu os trabalhos da 31.ª sessão da Assembleia, está na tradição e talento dos dirigentes da República do Sri Lanka, país a que estamos associados no quadro do Movimento dos Não-Alinhados.

Desejamos saudar, com regozijo, a admissão, na Organização das Nações Uni-

das, da República Socialista do Vietname. O contributo histórico do Povo vietnamita, na luta contra o colonialismo e pela libertação da sua Pátria, as sucessivas derrotas que infligiu aos mais poderosos exércitos do Mundo, galvanizaram a esperança dos povos dominados e rasgaram novas perspectivas de luta. A História do Vietname é, por isso, património de todas as Nações que se libertaram do jugo colonial e da ocupação estrangeira, e que hoje constituem a grande maioria da Assembleia. O lugar que a República Socialista do Vietname ocupa, de direito, na Organização das Nações Unidas, foi conquistado pela coragem e pelos incontáveis sacrifícios consentidos pelo seu povo, numa luta de várias décadas contra a contínua agressão. Com a experiência de que é portadora, com a determinação de que é exemplo na luta contra a injustiça e pela dignidade do ser humano, a sua presença nos trabalhos da Organização das Nações Unidas enriquecerá, sem dúvida, os debates e decisões desta Assembleia e a sua acção pela Liberdade, Paz e Progresso dos povos. A decisão da admissão da República Socialista do Vietname, constitui uma vitória comum do Povo vietnamita e da Humanidade e concretiza, significativamente, os elevados objectivos da Organização das Nações Unidas.

Congratulamo-nos, igualmente, pela admissão na Organização das Nações Unidas do Estado africano, a República de Djibouti. A independência do Djibouti é fruto da corajosa determinação do seu povo, na luta contra o colonialismo francês. É porém, de salientar, o papel desempenhado pela OUA, particularmente na última fase do delicado processo de descolonização. Um povo mais, em África, se liberta da dominação colonial, e, ao juntar-se à comunidade dos paí-

ses independentes, começa a construir o seu futuro livre e soberano.

## O PAPEL POSITIVO DA ONU

Senhor Presidente

A dimensão universal que a Organização das Nações Unidas adquiriu, ao congregar a quase totalidade dos países independentes do Mundo, tem-lhe permitido materializar, gradualmente, as aspirações mais profundas dos povos pelo Progresso, Paz e pela edificação de relações internacionais cada vez mais justas e equitativas, pela afirmação dos Direitos e dignidade do Homem. Só essa dimensão permitirá que todos os Estados participem, activamente, na solução dos problemas que afectam a Paz e a convivência entre as Nações e reforçará as condições para que as Nações Unidas possam realizar os princípios e objectivos expressos na sua Carta.

Através das suas comissões e instituições especializadas, a Organização das Nações Unidas realizam uma acção efectiva e vigorosa de combate contra a opressão, humilhação e exploração, contribuindo para o progresso dos povos e para o reforço da colaboração pacífica entre as Nações. Apoiamos a intensificação desta acção que constitui uma contribuição valiosa para a eliminação de muitas das causas dos conflitos contemporâneos. A comunidade internacional tem um papel de extrema importância a desempenhar no isolamento dos regimes que persistem em oprimir os povos, praticando políticas desumanas, cujas características revestem em alguns casos, aspectos profundamente degradantes.

Sabemos quanto tem sido difícil a materialização desses princípios e objectivos. As causas dos conflitos entre os homens permanecem ainda. A injustiça social, a opressão, a humilhação e exploração, continuam a existir originando, em muitos casos, como única possível solução, a revolta violenta dos oprimidos, pela defesa dos seus legítimos direitos.

Outras vezes, vemo-nos perante conflitos provocados e engendrados pela ambição imperialista e dominação de um povo, de um país ou até mesmo de toda uma região.

A revolta dos povos colonizados, contra

os regimes opressores, a sua justa luta pela independência, tem vindo a encontrar, na Organização das Nações Unidas, crescente compreensão e apoio.

A presença de muitos Estados, hoje presentes nesta Assembleia, é um testemunho concreto da contribuição da Organização das Nações Unidas para a realização das aspirações profundas dos povos.

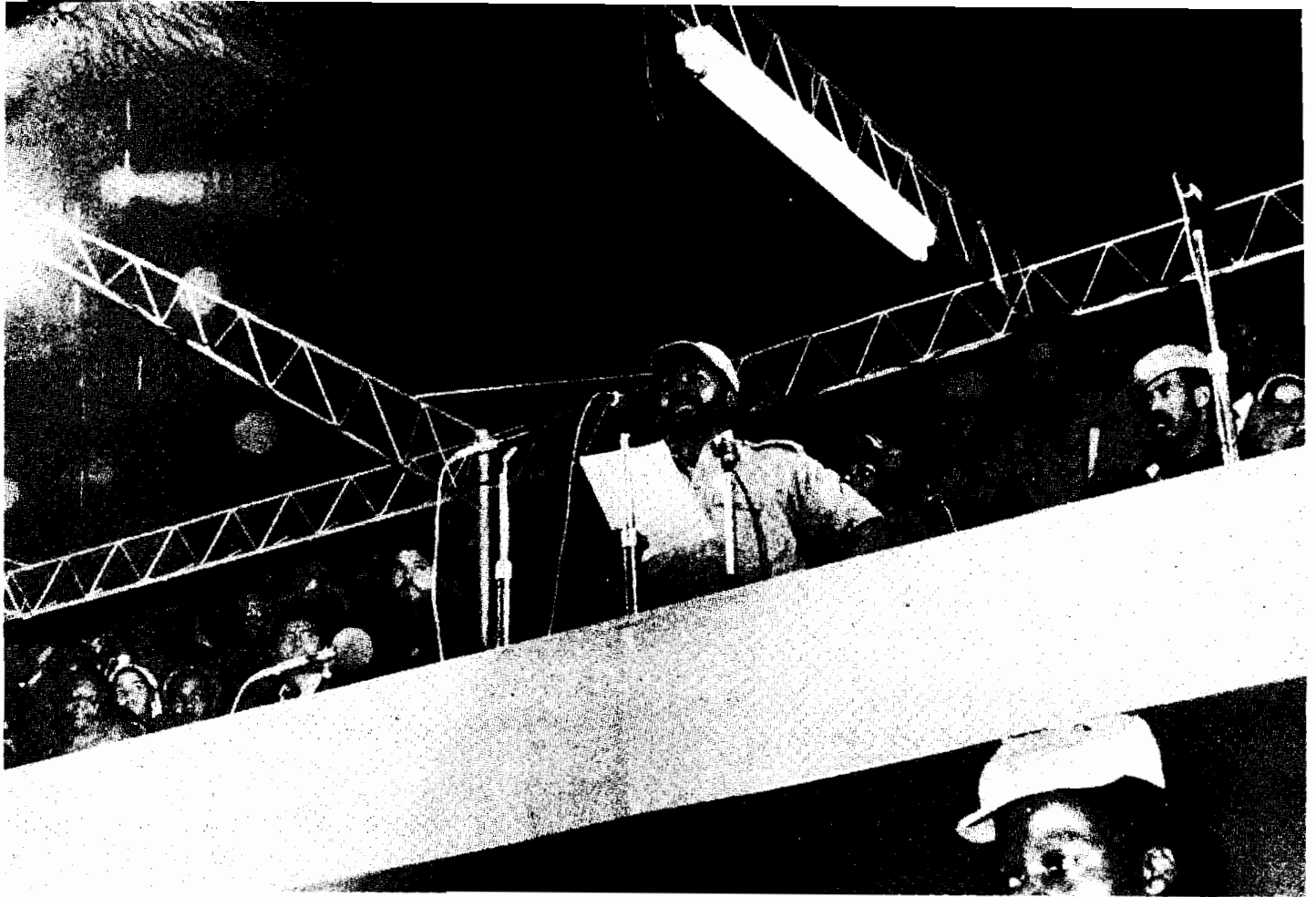
A histórica resolução 1514, adoptada pela Assembleia-Geral, em 14 de Dezembro de 1960, reconhecendo o direito dos povos, sob dominação colonial, à autodeterminação e independência, constitui um grande e importante passo em frente, na materialização dos objectivos da Organização das Nações Unidas e é fruto de uma tomada de consciência das suas responsabilidades, pela comunidade internacional.

A história da Luta de Libertação, no nosso País, é disso prova eloquente. A acção da IV Comissão da Assembleia-Geral da Nações Unidas, do Comité dos 24, da Comissão dos Direitos do Homem, do Conselho de Segurança, assim como de outros órgãos e agências especializadas, trouxe o reconhecimento internacional da nossa luta e a denúncia dos massacres e crimes perpetrados pelo colonialismo português em Moçambique. Em consequência, a FRELIMO, o MPLA e o PAIGC, receberam, em 1972, o estatuto de observadores nas Nações Unidas. A Organização das Nações Unidas soube, também, prestar ao nosso Povo, no campo da assistência humanitária, um auxílio de valor inestimável, nomeadamente na realização de programas de alfabetização e escolarização, na prestação de cuidados médicos e na reconstrução das zonas libertadas da administração colonial.

É com reconhecimento que saudamos a acção dos países africanos e dos países socialistas, do Movimento dos Países Não-Alinhados, dos países e forças democráticas de todo o Mundo, que nos apoiaram em momentos difíceis, em que a nossa própria existência, como povo, era negada.

A vitória do Povo moçambicano, concretizada em 25 de Junho de 1975, com a proclamação da República Popular de Moçambique, é também uma vitória da Comunidade Internacional e o resultado da acção das Nações Unidas.

Queremos saudar Sua Excelência o Se-



*«A histórica decisão 1514, adoptada pela Assembleia Geral, em 14 de Dezembro de 1960, reconhecendo o direito dos povos, sob dominação colonial, à autodeterminação e independência constitui um grande e importante passo em frente, na materialização dos objectivos da Organização das Nações Unidas e é fruto de uma tomada de consciência das suas responsabilidades, pela comunidade internacional.»*

cretário-Geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim, que, nos momentos decisivos da batalha diplomática contra o colonialismo português, esteve connosco, defendendo connosco a justeza das aspirações do nosso Povo. Depois da decisão da República Popular de Moçambique, de aplicar, integralmente, as sanções decretadas por esta Organização contra o regime minoritário e ilegal da Rodésia e no curso das agressões de que o nosso País é vítima, o Secretário-Geral tem sido o intérprete fiel da solidariedade internacional, junto do nosso Governo e do nosso Povo.

A nossa vitória afirma-se, hoje, na concretização dos objectivos fundamentais, pelos quais o nosso Povo consentiu tantos sacrifícios: a criação dum Estado Democrático e Popular.

No passado dia 25 de Setembro, todos os cidadãos moçambicanos iniciaram o processo do exercício efectivo da democracia popular, elegendo as Assembleias do Povo, desde o nível dos aglomerados populacionais de base, à localidade, até à Nação.

Sobre as ruínas do Estado Colonial, edificamos um Estado de tipo novo. O poder pertence e é exercido pelas massas populares, através das Assembleias do Povo.

Trata-se de um acontecimento sem precedentes na nossa História, só possível devido à vitória do nosso Povo sobre o colonialismo português e às conquistas revolucionárias obtidas desde a proclamação da Independência.

Assim, o Povo moçambicano, livre e soberanamente, constrói a sua História edificando a democracia, consolida as conquistas alcançadas e decide o seu futuro. Permita-nos, pois, Senhor Presidente, que associemos a acção das Nações Unidas a este acontecimento de tão alto significado para o nosso Povo.

## AFRICA AUSTRAL

Senhor Presidente

A actual conjuntura internacional é eminentemente, favorável à luta dos povos

pela independência e pela paz, como consequência dos sucessos das lutas de libertação nacional, da consolidação do campo socialista e dos êxitos do movimento operário e democrático nos países capitalistas.

Deste ponto de vista, as vitórias exemplares alcançadas pelos Povos do Vietname, Laos e Kampuchea, constituem um estímulo e um encorajamento permanentes para todos os que lutam pela Liberdade, pela Independência e pela Paz. Elas provam que o imperialismo pode ser batido no campo de batalha. A liquidação do mais antigo e retrógrado império colonial, sob os esforços conjugados dos povos de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe e a criação, nestes países, de Estados soberanos, dedicados à libertação total do Continente, transformaram profundamente a correlação de forças em África, em particular na África Austral.

Todos estes factores, alargaram a zona libertada da Humanidade, e criam uma situação favorável à libertação completa dos povos da opressão e da exploração. E todo o Mundo, cada vez mais numerosas, cada vez mais conscientes, as massas populares erguem-se contra os tiranos, contra as classes exploradoras, contra os monopólios que escravizam os homens, pilham as nações e oprimem os continentes.

A situação geográfica e os recursos económicos dos países da zona fizeram deles objecto de cobiça dos países colonialistas que, tirando proveito de condições favoráveis à implantação de colonos, aí estabeleceram largas colónias de imigrantes, que exploraram as riquezas do solo e do subsolo e a mão-de-obra dos povos da região.

Assim nasceu o complexo de dominação branca na África Austral, que até há bem pouco tempo, integrava a África do Sul, a Rodésia a Namíbia, Angola e Moçambique. As condições mais favoráveis da África Austral, comparativamente com outras zonas do mundo, em particular as riquezas minerais e agrícolas, levaram ao estabelecimento de milhões de brancos nesta zona de África. Em nenhuma parte do nosso Continente, com excepção da Argélia, e mesmo aí em menor proporção, teve lugar um tal fenómeno.

O que, porém, tem de específico, a situação da África Austral, não é a grandeza dos números — é a criação de um sistema de

exploração extrema, já posto de parte pelo capitalismo no resto do mundo, sistema caracterizado pela pilhagem total e pela negação dos mais elementares direitos humanos à população.

Sob diferentes modalidades e formas institucionais, essa era a situação que prevalecia no conjunto da África Austral.

Variaram, contudo, de acordo com as condições locais e nível de desenvolvimento dos países coloniais, os modelos de exploração implantados no sul da África.

O «apartheid», forma mais extrema e degradante deste complexo de dominação, imposto pela força, de um regime de natureza nazi, reduz os sul-africanos negros à condição de meros instrumentos de produção. Esta forma desumana de sujeição, posta ao serviço de um regime capitalista, agressivo, levou à criação de um bastião do poderio branco na África Austral.

Utilizando um esquema semelhante, na essência e com o apoio da África do Sul, os colonos da Rodésia do Sul, ao proclamar unilateralmente a sua «independência», visavam estender para o Norte o poderio deste bastião racista.

A Namíbia, colocada sob mandato da



«No passado dia 25 de Setembro, todos os cidadãos moçambicanos iniciaram o processo de exercício efectivo da democracia popular, elegendo as Assembleias do Povo, desde o nível dos aglomerados populacionais de base, à localidade, até à Nação».

União Sul-Africana, ao tempo da Sociedade das Nações, é ulteriormente apropriada pela África do Sul e integrada na sua esfera de dominação económica.

O colonialismo português, dedicado igualmente à pilhagem e exploração extrema dos povos e das riquezas das suas colónias, não pode, porém atingir um grau de consolidação económica e militar, devido às limitações de Estado colonial, ele próprio subdesenvolvido. É o elo fraco da cadeia.

Do outro lado da barreira estão os povos africanos. Povos a quem é negada a condição de homens entre homens, povos sem terra na sua própria terra. Estrangeiros na própria pátria, com uma longa memória de massacres através das gerações.

É este o cenário onde já se desenham grandes confrontações. Cenário onde já não falta, sequer, a ameaça nuclear. Recai sobre todos nós, e em particular sobre as Nações Unidas, o pesado encargo de impedir que se consumam essas ameaças e de encontrar o caminho da paz.

Esse caminho não pode ser outro senão o das soluções justas. Paz que não se alcança, silenciando os tiros de revolta dos oprimidos, nem amordaçando a voz dos povos. Paz que se afirma, afirmando os direitos dos povos.

Evocamos esta situação, para enquadrar as novas responsabilidades, as consequências da nossa indiferença, da nossa falta de decisão, dos compromissos daqueles, cujos monopólios, foram enriquecendo à custa do sofrimento dos homens.

É pois, no nosso seio, que devemos procurar respostas às interrogações que se nos põem: como é possível ter deixado sobreviver, até aos nossos dias, sistemas que se opõem, frontalmente, às convicções mais profundas, que partilha a humanidade inteira?

Com um regime como o de Ian Smith, condenado desde à nascença e posto à margem pela comunidade internacional, pôde sobreviver 12 longos anos, contra a condenação da sociedade internacional?

Como pôde ele, neste mundo de interdependência que é o nosso, sobreviver contra as sanções obrigatórias decretadas pelas Nações Unidas, reforçando-se de ano para ano?

A sobrevivência do regime de Ian Smith

só foi possível, com o apoio directo do regime colonial-fascista português, da África do Sul com o apoio camuflado de alguns países ocidentais, através das suas empresas e dos seus nacionais.

A presente situação implica que devemos assumir a nossa responsabilidade. Não para nos substituímos ao Povo do Zimbabwe, na sua luta de libertação, mas para o apoiar firme e decididamente. Assumir a nossa responsabilidade, é isolar e liquidar já o regime de Ian Smith, garantir o poder da maioria. Assumir a nossa responsabilidade é dirigir os nossos esforços para assegurar uma independência real ao Zimbabwe.

É neste quadro, que a República Popular de Moçambique, situa a sua participação, em conjunto, com a República Unida da Tanzânia, a República da Zâmbia, a República Popular de Angola e a República do Botswana, na busca de uma solução para o problema. Acção que é inseparável do apoio político, material e moral, aos combatentes da liberdade, agrupados no seio da Frente Patriótica.

## AS PROPOSTAS ANGLO-AMERICANAS PARA O ZIMBABWE

As recentes propostas anglo-americanas, para a solução da situação no Zimbabwe, apresentam sérias limitações. Por um lado, a potência colonial procura ter, na fase de transição para a independência, uma concentração de poderes como jamais deteve, durante todo o período colonial, não garantindo desde logo que os zimbabwuanos participem no exercício do poder; por outro, mantém intacto todo o aparelho do Estado do regime ilegal, e evidencia uma preocupação excessiva, com a protecção dos direitos dos colonos.

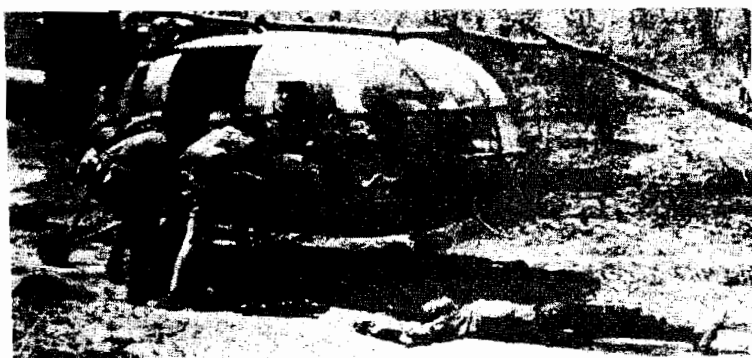
Gostaríamos de abordar este problema, à luz da nossa experiência: se se trata de proteger a vida e os legítimos interesses dos cidadãos contra violências, nós podemos compreender essa preocupação; se se trata porém de proteger privilégios adquiridos durante o período colonial, em razão da cor da pele e como resultado da discriminação colonialista, tais garantias excedem a protecção devida e, qualquer tentativa para as impor, constitui, na realidade, uma interferência nos assuntos do Zimbabwe indepen-

dente. Na verdade, essa protecção acaba por prejudicar aqueles que pretende servir.

Os brancos do Zimbabwe, como os brancos de Moçambique ou de qualquer outro país da nossa zona, podem ser cidadãos do país em que têm vivido, integrar-se na sua vida política e social. A manutenção das situações de discriminações, baseadas na raça, longe de servir a criação de uma sociedade igualitária, prejudicam a integração dos brancos do Zimbabwe na sociedade zimbabweana anti-racista e não fazem senão agravar as tensões sociais e criar condições para uma confrontação racial. A história recente tem-no provado.

Exigimos o desmantelamento do exército dos rebeldes com os seus mercenários e fantoches, tropa de choque do racismo, instrumento de agressão permanente contra a África independente. O desmantelamento é condição necessária, para a garantia da paz e estabilidade no Zimbabwe independente. É este o exército que destruiu Mapai, é este o exército que, em Nyazónia, assassinou friamente 800 refugiados indefesos; é este o exército que, ainda hoje, comete continuas agressões ao território da República Popular de Moçambique. O exército do crime e da agressão, deve desaparecer, sob pena de frustrar os melhores esforços para uma paz durável na região.

Enganam-se aqueles que pensam poder utilizar as tropas fantoches, para a protecção dos brancos no Zimbabwe. A história demonstra, e a nossa própria experiência confirma, que são esses elementos, iniciados pelo ocupante, na escola do terro-



«Exigimos o desmantelamento do exército dos rebeldes com os seus mercenários e fantoches, tropa de choque do racismo, instrumento de agressão permanente, contra a África independente».

rismo que, com o fim da ocupação, se voltam contra os seus antigos patrões e contra eles se entregam aos actos mais bárbaros.

Finalmente, não podemos deixar de assinalar o carácter profundamente antidemocrático, de se pretender impor cláusulas inamovíveis, que permanecerão em vigor até 8 anos após a proclamação da independência e que constituem, por isso, outras tantas graves limitações, à plena soberania do Zimbabwe.

O reconhecimento do princípio da independência nacional, a fixação do período em que deverá ocorrer, assim como o princípio das eleições universais, contidas nas propostas, permitirão avançar na solução do problema. Do mesmo modo, merecem ainda relevo a responsabilização da Grã-Bretanha no processo e assim como a participação da Comunidade Internacional no processo.

No entanto, a remoção imediata de Ian Smith, chefe do governo racista minoritário, aparece claramente como condição do sucesso de todos os esforços. Foi Ian Smith o principal responsável do fracasso de todas as tentativas de negociações, ao longo dos 12 anos da sua rebelião racista e a sinceridade e eficácia das actuais propostas depende, em larga medida, da determinação e capacidade da Inglaterra e dos Estados Unidos, de afastar imediatamente Ian Smith da cena política.

As propostas anglo-americanas contêm muitos pontos negativos e deixam muitas questões sem resposta. Contudo, elas podem constituir uma base para negociações. Assim concluiu a última reunião dos Chefes de Estado da «Linha da Frente», realizada em Maputo.

A República Popular de Moçambique, tenciona continuar a assumir a sua quota parte de responsabilidade, no apoio ao Povo zimbabweano.

Neste quadro, consciente do seu dever internacionalista de solidariedade, a República Popular de Moçambique manter-se-á consequente na aplicação integral das sanções decretadas pelas Nações Unidas, ao

regime racista e ilegal na Rodésia do Sul, até à libertação do Povo do Zimbabwe.

## A ÁFRICA DO SUL

Senhor Presidente

Na Namíbia, a luta popular intensifica-se, alcançando novas vitórias, tanto no plano político como no militar. Incapaz de se opor frontalmente à reivindicação da independência, a África do Sul visa sobretudo encontrar uma saída que salvasse os seus interesses. Com este objectivo, o regime sul-africano multiplica as suas manobras de divisão do território e de busca de uma independência fantoche na Namíbia.

É neste quadro que se situam as consultas entre a administração colonial e fantoches tribais, promovidos à última hora, representantes do Povo. Facto ainda mais estranho, é a participação de partidos de colonos, que sempre se opuseram à independência, nas conversações sobre o futuro do país. É ainda neste quadro, que se situa a tentativa de desmembrar Walvis Bay, parte integrante da Namíbia, como forma de condicionar a independência real da Namíbia.

Os países da região têm acompanhado, com atenção, as consultas efectuadas pelos cinco membros ocidentais do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Na medida em que, essas consultas, se situam no contexto da resolução 385 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, as iniciativas dessas cinco potências poderão contribuir para a resolução do conflito.

No entanto, cremos que elas só terão êxito se:

Tiverem por objectivo a independência total e completa da Namíbia no seu todo territorial.

Respeitarem a vontade do povo namíbio, expressa pela SWAPO sua única vanguarda:

Os cinco países não se pretenderam substituir à SWAPO, na resolução do problema da Namíbia.

Procurar uma solução para os problemas da África Austral, implica, antes de tudo, a eliminação do regime do «apartheid». A existência deste regime, hostil à humanidade, cria uma tensão intolerável e constitui uma ameaça contra os povos de África.

Em flagrante violação das sanções decretadas pelas Nações Unidas, a África do Sul sustenta o regime de Ian Smith. Invade a República Popular de Angola, militariza a Namíbia, cria, financia e apoia, grupos encarregados de operações de subversão armada nos países africanos independentes.

Por isso, fornecer armamento ou criar condições para que a África do Sul o fabrique, é atizar as chamas da guerra e da destruição na África Austral, é colaborar na opressão contra a África independente. Neste contexto, a introdução de armamento nuclear na nossa zona, cria uma situação altamente perigosa.

No entanto, nenhuma arma, nenhuma manobra, poderá deter a libertação do povo sul-africano, que hoje, de mãos nuas, enfrenta as balas assassinas das forças de repressão sul-africanas, os torcionários das prisões, onde se morre «suicidado». Soweto simboliza o movimento da revolta do Povo sul-africano, cujas chamas jamais serão apagadas, cujo clamor imenso de revolta jamais será abafado.

Essas vozes, são flechas que penetram na nossa consciência, e exigem o nosso apoio. A Humanidade inteira, deve fazer sua, a causa do Povo sul-africano.

## APOIO MOÇAMBICANO A CAUSA DA LIBERDADE

Senhor Presidente

A libertação completa de África, a liquidação da discriminação e do «apartheid», sombras de um passado que ainda se projecta no presente, são um dever sagrado para todos os povos africanos e para todos os povos do Mundo.

A República Popular de Moçambique está consciente das responsabilidades particulares que lhe cabem, enquanto membro da Organização das Nações Unidas e enquanto país confrontado, geograficamente, com os últimos bastiões do racismo em África. A República Popular de Moçambique, não recuará no cumprimento deste dever internacionalista. Não cederemos perante qualquer intimidação ou chantagem. Não cederemos perante qualquer agressão, por mais bárbara e cruel que ela seja. Neste





«No entanto, nenhuma arma, nenhuma manobra, poderá deter o povo sul-africano, que hoje, de mãos unidas, enfrenta as balas assassinas das forças de repressão sul-africanas, os torcionários das prisões, onde se morre «suicidado». Soweto simboliza o movimento da revolta do Povo sul-africano, cujas chamas jamais serão apagadas, cujo clamor imenso de revolta jamais será abafado».

combate, lutamos com o apoio activo de todos os países, sensíveis à causa da libertação dos povos.

Desejamos aqui saudar a decisão do Conselho de Segurança, apelando a todos os Estados membros para que reforcem a capacidade defensiva da República Popular de Moçambique, acção que constitui um precioso encorajamento, um acto de significativa solidariedade, uma grande vitória para todos os povos oprimidos, uma vitória para a Organização das Nações Unidas.

Este apoio, é tanto mais importante, quanto o regime de Ian Smith continua a lançar as suas tropas assassinas contra as populações e aldeias pacíficas do nosso País. As provocações, a subversão, a infiltração de agentes, multiplicam-se no quadro da preparação de ainda maiores agressões.

Isto significa que o plano de desestabilização, engendrado pelo imperialismo contra o nosso País, continua, tendo como instrumentos activos os regimes racistas da Rodésia e da África do Sul.

Hoje, mais do que nunca, vemos próximo o fim do colonialismo em África. É certo que nuvens ameaçadoras ensombram o horizonte: mas está ao alcance da nossa determinação, vencer os escolhos que ainda subsistem, e implantar, finalmente, uma paz autên-

tica, baseada em relações justas entre os homens e as Nações.

## OCEANO ÍNDICO E MÉDIO ORIENTE

Senhor Presidente

A República Popular de Moçambique consagrou, na sua Constituição, o princípio da transformação do Oceano Índico, em zona desnuclearizada e de Paz.

Consideramos que os povos desta região, que sofreram largamente os males da dominação colonial e imperialista, que se empenham hoje, com esforço e sacrifício, na luta contra a miséria, a ignorância, a doença e todas as sequelas do subdesenvolvimento, condição para atingir a real dignidade humana e a verdadeira libertação, devem ficar preservados da ameaça da guerra nuclear, com todo o seu cortejo de destruições.

Os povos dos países ribeirinhos do Oceano Índico, possuem um património comum de relações e de cultura, que desejam desenvolver, uma aspiração partilhada ao progresso e à Paz, uma vontade de preservar a independência, duramente conquistada, contra qualquer forma de dominação.

Até há pouco tempo, o Oceano Índico

tem sido mantido, ao abrigo dos eventuais conflitos nucleares.

Por isso, se acolhemos, com hospitalidade, todos aqueles que se deslocam no Oceano Índico, com intuítos pacíficos, ou no desenvolvimento de frutuossas relações económicas, encaramos com grande apreensão e condenamos resolutamente, o estabelecimento de quaisquer bases militares de potências estrangeiras na zona.

Neste quadro, consideramos necessário que a comunidade internacional e, em particular, os países da região, se dediquem ao estudo das formas de proibir a presença de quaisquer bases militares estrangeiras na zona, garantir o desmantelamento das já existentes e o controlo pelos países ribeirinhos, da presença e movimentação das tropas militares estrangeiras.

No Médio Oriente, a situação criada pela negação contínua do direito do Povo palestino a ter a sua própria pátria, constitui, desde há décadas, um factor de tensão, que tem conduzido a uma espiral de violência, de guerras de agressão, ocupação de territórios de países soberanos, e, acima de tudo, a uma persistente e sistemática violação dos direitos humanos.

Os dolorosos acontecimentos do Líbano, são uma consequência desta situação.

A raiz do problema, encontra-se nos fundamentos raciais e na natureza expansionista do Estado de Israel, que bloqueiam a convivência pacífica entre os países da região.

A ameaça nuclear agrava o clima de tensão. A colaboração do novo eixo de opressão, África do Sul-Israel, tem como intenção intimidar os Povos africanos e árabes e dissuadi-los da justa luta pela libertação dos territórios e países dominados. Ela visa, ao mesmo tempo, travar a consolidação e o progresso económico dos Estados independentes vizinhos.

Creemos que a estabilização no Médio Oriente, só pode ser alcançada com o reconhecimento do direito inalienável do Povo palestino a criar o seu próprio Estado e a retirada de todas as tropas e colonos israelitas, dos territórios árabes ocupados em 1967.

O racismo anti-semita, com todo o seu cortejo de horrores, deve ser definitivamente

enterrado. Aqueles que foram suas vítimas, em muitas atitudes, constituem-se, hoje, em verdadeiros agentes da ressurreição de formas de racismo análogas e igualmente condenáveis.

Deste ponto de vista, consideramos imperativo o reinício da Conferência de Paz de Genebra para o Médio Oriente, com a participação da Organização de Libertação da Palestina como membro de pleno direito.

## OS VARIOS FOCOS DE CONFLITO NO MUNDO

Senhor Presidente

Outras situações de confrontação, continuam a subsistir através dos continentes, requerendo a atenção da nossa Organização, no quadro do apoio às lutas dos Povos pela sua libertação. No nosso continente, a violação do princípio, comumente estabelecido, do respeito pelas fronteiras existentes, a cobiça das potências tem levado à invasão, anexação ou desmembramento de certos países. É o caso da Ilha Mayotte, parte integrante do território da República das Comores, ocupada pela França. No norte de África, o Povo sariano vê-se impossibilitado de exercer o direito à autodeterminação, enquanto o seu território é ocupado.

A República Popular de Moçambique condena a ocupação ilegal de Mayotte e do Sara, em violação do direito consagrado na Carta da Organização das Nações Unidas, de todos os povos à autodeterminação, exprime a sua solidariedade para com a luta dos Povos comoriano e sariano e exige a cessação da violação da integridade dos seus países.

A República Popular de Moçambique reafirma, ao mesmo tempo, o princípio da solução pacífica dos conflitos entre países africanos.

Em Timor-Leste, o Povo maubere resiste heroicamente, após quase dois anos de invasão militar pela Indonésia. Esta ocupação foi desencadeada, não como acto anticolonial contra o domínio português, teve lugar, após o colapso do colonialismo.

Apoiamos, firmemente, o combate do

povo da República Democrática de Timor-Leste e apelamos ao Governo da Indonésia para que retire as suas tropas e estabeleça relações de boa vizinhança e de cooperação com aquele país.

Apoiamos, firmemente, os esforços empreendidos, com vista à reunificação pacífica da Coreia, a que está ligada a retirada das tropas americanas, como condição para que o Povo coreano possa resolver os seus pro-

blemas, sem ingerência exterior.

Estamos, no entanto, confiantes, de que a vaga sombria do fascismo, que submerge neste momento vários países na América Latina, como reacção desesperada às conquistas dos povos, será, finalmente, vencida e que a democracia será restabelecida.

Queremos crer que, a campanha lançada sobre os direitos humanos, será o início de uma nova fase na política de denúncia dos regimes fascistas da América Latina, cuja desumanidade é por demais notória. Que a consequência dessa política, seja a retirada do apoio a esses regimes fantoches. A República Popular de Moçambique não pode deixar de condenar a manutenção de situações de opressão e exige o cumprimento dos princípios da Carta da Organização das Nações Unidas.

Estamos convencidos de que a convivência harmoniosa entre os Estados, passa pelo reconhecimento do direito dos povos a disporem do seu próprio destino, na via que tiverem escolhido, para o bem de toda a Humanidade. Os povos do Mundo desejam a Paz.

O desarmamento aparece como uma necessidade fundamental, para que a cooperação entre os Estados se possa realizar na Paz e na Segurança. É com grande preocupação que vemos desenvolver-se a pesquisa sobre armas, com cada vez maior poder letal, cada vez mais desumanas e capazes de destruir, irremediavelmente, a vida no nosso planeta.

A República Popular de Moçambique, defende o princípio do desarmamento geral e universal e a cessação da corrida a todo o tipo de armas de destruição massiva. Ainda neste contexto, a República Popular de Moçambique saúda os povos europeus pelos sucessos da política de desarmamento na Europa. Ao mesmo tempo que exprime a sua convicção, de que esse processo se não deve limitar a uma parte do mundo e deve afirmar-se universalmente, como uma constante das relações internacionais.

Desejamos afirmar o nosso inteiro apoio à convocação de uma sessão especial da



«A República Popular de Moçambique condena a ocupação ilegal de Moyotte e do Sara, em violação do direito consagrado na Carta da Organização das Nações Unidas (...) exprime a sua solidariedade para com a luta dos Povos comoriano e sariano e exige a cessação da violação da integridade dos seus países».

blemas, sem ingerência exterior.

Com igual determinação, apoiamos o justo combate da República Popular da China pela recuperação de Taiwan, parte do seu território nacional, ilegalmente ocupado pelo imperialismo.

Verificamos que, com o recente acordo sobre o Canal do Panamá, tenham sido dados alguns passos decisivos para pôr termo, por sua vez, à política imperialista de desmembrar países e povos.

Com particular vigor, condenamos o terror instalado pelo regime militar chileno, em violação de todos os valores da comuni-

**Assembleia Geral das Nações Unidas sobre este problema, como etapa importante, na realização de uma Conferência Mundial para o Desarmamento.**

## **A NOVA ORDEM ECONÓMICA INTERNACIONAL**

**Senhor Presidente**

**Em todos os continentes, os povos sob domínio colonial, foram conquistando, progressivamente, a independência política, tornando-se assim países libertados do jugo colonial, bases de apoio para os povos ainda em luta pela sua libertação.**

**No entanto, a consolidação e o aprofundamento das vitórias obtidas, exigem de nós o fortalecimento do combate pelo desenvolvimento económico e social, o que significa aumento constante e acelerado da capaci-**

**dade produtiva das Nações recém-libertadas, único caminho para a solução dos problemas mais fundamentais dos nossos povos.**

**O desenvolvimento rápido das forças produtivas e a superação do atraso e da dependência, herdadas, implicam, necessariamente, uma cooperação técnica e económica com todos os países.**

**Porém, essas relações económicas e essa cooperação técnica, nem sempre são encaradas na perspectiva da justiça, da reciprocidade de benefícios, do respeito mútuo e da não ingerência nos assuntos internos.**

**Cabe, particularmente, aos países altamente desenvolvidos, cujo processo de desenvolvimento se realizou, à custa dos países hoje mais atrasados, a responsabilidade das situações de desequilíbrio existentes e que urge alterar.**

**As tensões verificadas presentemente no Mundo, são motivadas, essencialmente, pelos interesses económicos e pela cobiça desenfreada dos monopólios internacionais.**

**Nesta perspectiva, entendemos os conflitos que opõem os países em desenvolvimento a alguns países desenvolvidos, como consequência directa da situação de injustiça, existente nas relações económicas internacionais, onde ainda se mantêm algumas relações do tipo colonial.**

**No mundo actual, a contradição que se verifica entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, não pode ser colocada na base geográfica Norte-Sul. Existe, sim, uma contradição profunda entre a exploração e os interesses dos povos, contradição que opõe os povos oprimidos às potências coloniais, as classes trabalhadoras aos monopólios, o socialismo ao capitalismo.**

**É esta situação de injustiça e de desigualdade, de sobrevivência do colonialismo nas relações económicas internacionais, que confina os jovens estados independentes, ao papel não só de meros produtores de matérias-primas e importadores de produtos acabados. Existe ainda a tendência, da parte do imperialismo, de transferir para esses países indústrias de tecnologia obsoleta ou que procede a ligeiras transformações de matérias-primas, beneficiando de mão-de-obra abundante e barata. Por outro lado, quando sucede instalarem-se indústrias avançadas, faz-se de modo a criar-se situações de dependência tecnológica, utilizando assim as conquistas da ciência e da técnica, como instrumentos de dominação.**

**A nova divisão internacional do trabalho, que o imperialismo pretende impor ao Mundo, passando para o plano internacional a exploração brutal do trabalho humano, só virá a agudizar os conflitos económicos mundiais.**

**É neste contexto que participamos na luta dos países em desenvolvimento, pelo estabelecimento de uma Nova Ordem Económica Internacional.**

**Esta luta, que encontra grandes obstáculos, exige o desencadeamento de um combate consequente e coordenado contra as forças económicas e políticas que procuram a todo o custo, preservar as relações de exploração com os países em desenvolvimento, utilizando como instrumento instituições financeiras por elas controladas. Esta luta é uma necessidade absoluta, para que, numerosos países, que constituem a esmagadora maioria dos membros das Nações Unidas, vençam o seu atraso económico e tecnológico e alcancem o progresso em todos os domínios.**

**A luta pela criação de uma Nova Ordem**

Económica Internacional, implica uma acção concertada da comunidade internacional, com vista a transformar as relações de dependência e exploração, em soluções baseadas no princípio de reciprocidade de benefícios. Implica ainda o reforço do desenvolvimento da cooperação técnica e económica entre os países em desenvolvimento, que lutam pela edificação de uma economia independente e forte, base da resolução dos inúmeros problemas sociais, provocados pela dominação a que estiveram sujeitos.

Uma Nova Ordem Económica Internacional, constituirá um factor importante na solução das dificuldades dos países em desenvolvimento e vai, sem dúvida, facilitar o esforço que realizam, na superação do seu desenvolvimento económico. Todavia, o factor decisivo para a vitória sobre o atraso que nos legou a dominação directa colonialista, tem que ser encontrada no desenvolvimento das forças produtivas e nas transformações sociais profundas, para a construção das bases material e ideológica de uma sociedade livre de exploração.

Ao mesmo tempo cremos que, no momento actual, a dimensão do nosso combate não se pode limitar à luta pela independência económica. Essa independência, e os passos que marcaram a sua conquista, nomeadamente o direito de dispor das suas riquezas naturais, poderão ser esvaziados de conteúdo, ou mesmo anulados, se não houver uma consolidação dessas vitórias, através do estabelecimento de novas relações de produção, no plano interno e de um regime popular.

Fundamentalmente, a ruptura com a situação de dependência, impõe a industrialização dos nossos países com o consequente controlo dos recursos naturais pelos nossos povos e o combate aos monopólios internacionais.

A criação de uma indústria pesada, capaz de produzir os bens de equipamento e os factores de produção de que necessitam as nossas economias, permite a mecanização da agricultura permite não só dar resposta às necessidades alimentares fundamentais do povo. Ela proporciona as bases para o desenvolvimento da indústria transformadora. Ela permite alcançar elevados níveis

de produtividade e um desenvolvimento económico verdadeiramente independente.

A nossa concepção de desenvolvimento, considera a edificação de uma indústria pesada nacional como factor decisivo para a libertação efectiva da dependência económica.

Estamos firmemente convencidos que a Declaração de Manila constitui uma base válida de discussões, que deverão ser conduzidas no quadro das Nações Unidas. Esperamos que, ao contrario do que tem sucedido até aqui, nas futuras conversações que estão programadas, haverá a vontade política necessária ao desbloqueamento do impasse em que nos encontramos.

## A ESPERANÇA DE LIBERDADE...

Senhor Presidente

Os germes do colonialismo ainda não foram totalmente extirpados da face da Terra. Se a nossa participação nesta Assembleia, é testemunho de sucessos alcançados na luta contra o colonialismo, muito resta ainda a fazer. As Nações Unidas devem ir ao encontro das aspirações dos povos oprimidos e minorar os sacrifícios a que estão dispostos a consentir, para alcançar o direito fundamental de disporem do seu próprio destino.

A nossa presença, hoje, nesta Assembleia, dá-nos ocasião para reiterarmos a nossa profunda convicção de que só a convivência harmoniosa entre as nações, permitirá que se desenvolvam e consolidem relações correctas e fraternas entre os povos.

Ao saudar, através dos delegados presentes nesta Assembleia, os povos que eles representam, exprimimos, também, a certeza de que, a esperança de liberdade, que vive em todos os homens, se transformará, pela nossa acção, na realidade de justiça, de bem-estar e de Paz, pela qual os povos do Mundo tanto anseiam.

A LUTA CONTINUA e muito obrigado.